

**OCUPAR E EXISTIR: A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS NA GOVERNANÇA
COMUNITÁRIA E GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DO TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DO CUMBE/ARACATI-CE**

BRUNO NUNES DA SILVA

Universidade Federal do Ceará (UFC)

AUGUSTO CÉZAR DE AQUINO CABRAL

Universidade Federal do Ceará (UFC)

SANDRA MARIA DOS SANTOS

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo

O estudo investiga a Governança Comunitária e Gestão Territorial a partir da atuação das lideranças quilombolas da Associação Quilombola do Cumbe, em Aracati, litoral leste do Ceará. Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2014, a Associação tem como missão afirmar da identidade quilombola pesqueira, proteger o território e valorizar os modos de vida tradicionais. As lideranças desempenham papel estratégico ao estimular saberes, fortalecer redes de solidariedade e articular ações de resistência e autonomia frente aos conflitos territoriais. A pesquisa, de abordagem qualitativa e indutiva, de caráter exploratório-descritivo baseou-se em entrevistas semiestruturadas e observação participante. Em relação ao primeiro objetivo, as práticas de governança comunitária se formam a partir de decisões coletivas, assembleias participativas, partilha de responsabilidades e valorização dos saberes tradicionais, com ações baseadas no cuidado e na responsabilidade com o território reforçando o sentimento de pertencimento. Destaca-se a criação de um calendário cultural anual que fortalece a identidade quilombola pesqueira, a participação coletiva e funciona como instrumento simbólico e político de resistência territorial. Quanto ao segundo objetivo, observa-se que a articulação de parcerias externas constitui estratégia essencial para a proteção e permanência no território, com seletividade para com as parcerias evidenciando maturidade política e autonomia. As ações culturais também funcionam como espaços de diálogo e visibilidade. Em relação ao terceiro objetivo, a luta pela demarcação e titulação do território é o principal desafio enfrentado pela comunidade. As lideranças têm desenvolvido estratégias próprias de resistência que fortalecem a interação e afirmam o território como espaço de luta, memória e pertencimento.

Palavras chave: Governança-comunitária, Lideranças-quilombolas, Gestão-territorial, Território-quilombola, Associação-Quilombola.

1 INTRODUÇÃO

A luta das comunidades quilombolas pela garantia de seus direitos territoriais e formas autônomas de conduzir seus processos organizativos para garantir sua existência, se insere em um contexto histórico de resistência ao racismo estrutural, institucional, ambiental, e à lógica colonial de desterritorialização negando saberes e modos de vida. Apesar do reconhecimento legal garantido pelo Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, a concretização da posse definitiva da terra pelas comunidades quilombolas segue marcada pela lentidão administrativa, entraves burocráticos e conflitos fundiários. A morosidade do Estado na condução dos processos de demarcação e titulação exige das comunidades quilombolas a adoção de estratégias contínuas de “(re)existência”, apoiadas na valorização das territorialidades tradicionais e na mobilização política local. (Leite, 2008; Nascimento; Ferreira, 2023).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados no ano de 2022 e publicados em 2023, demonstram a dimensão do desafio de demarcar e titular os territórios quilombolas no Brasil. Segundo o Censo Demográfico 2022, o Brasil conta com 1.330.186 quilombolas. Nessa perspectiva, o Quilombo do Cumbe, situado no município do Aracati-CE, é formado por uma rica biodiversidade. O território possui águas salgadas, doces e salobras, caracterizando uma comunidade quilombola tradicionalmente pesqueira que tem enfrentado intensos processos de invasão dos grandes empreendimentos como a instalação da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE), a carcinicultura – criação de camarão em cativeiro – e a instalação das usinas de energia eólica. Esses empreendimentos invadiram áreas de uso comum provocando degradação e desorganizando o fluxo sociocultural no território (Nascimento; Oliveira; Jesus, 2023). Para resistir a tantas ameaças, a comunidade passou a se organizar politicamente, traçando estratégias de resistência e defesa do território. Nesse contexto, nos anos 2012, a comunidade instituiu formalmente a Associação dos Pescadores(as) do Mangue do Cumbe, posteriormente convertida em Associação Quilombola do Cumbe, após o reconhecimento oficial pela Fundação Cultural Palmares, em 2014. A partir desse marco, a associação ampliou sua articulação com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e redes de apoio a nível local, estadual e nacional, consolidando-se como espaço fundamental de defesa territorial, de governança comunitária e afirmação da identidade quilombola pesqueira (Nascimento, 2014).

Nessa perspectiva, as lideranças quilombolas desempenham papel estratégico ao incentivarem saberes ancestrais, realizar mobilização política e redes de solidariedade, assumindo funções centrais nos processos organizativos de resistência territorial. Essa dinâmica se aproxima dos princípios de gestão dos bens comuns elaborados por Elinor Ostrom (1990), que, em seus estudos empíricos, reconhece a capacidade de comunidades locais criarem regras próprias, realizarem monitoramento de maneira participativa e resolverem conflitos de forma autônoma. De acordo com Simões, Macedo e Babo (2011), as práticas coletivas reforçam o quanto a organização em comunidade pode ser eficaz na contribuição para a sustentabilidade dos territórios.

Diante deste cenário, a questão orientadora desta pesquisa é: De que modo a atuação das lideranças na Governança Comunitária e na Gestão da Associação Quilombola do Cumbe contribui para a defesa do território quilombola em Aracati-CE? E tem como objetivo geral: Compreender de que modo a atuação das Lideranças na Governança Comunitária e Gestão da Associação Quilombola do Cumbe contribuem para a defesa do Território Quilombola em Aracati-CE. Os objetivos específicos são: (1) Identificar as práticas de governança e os mecanismos de gestão adotados pelas lideranças da Associação Quilombola do Cumbe na defesa do território; (2) Analisar como as lideranças da Associação articulam parcerias com outros atores sociais e instituições públicas para fortalecer a proteção e a permanência no

território e (3) Avaliar os desafios enfrentados pelas lideranças e os impactos de suas estratégias de gestão e resistência na manutenção do território e dos modos de vida quilombolas.

Esse estudo é relevante por contribuir para a compreensão das formas autônomas de organização quilombola como expressão de governança comunitária. Ao valorizar as experiências das lideranças do Quilombo do Cumbe, a pesquisa busca ainda reforçar o debate sobre políticas públicas de proteção territorial a partir da escuta e participação ativa dos quilombolas do Cumbe. Além disso, pretende-se que as práticas e estratégias de resistência da Associação Quilombola do Cumbe possam inspirar e fortalecer outras comunidades tradicionais que enfrentam opressões semelhantes.

Na metodologia, a pesquisa se apoia em uma abordagem qualitativa e indutiva, com caráter exploratório-descritivo. Está organizada em duas etapas complementares: 1- uma revisão de literatura, sistematizada em três eixos temáticos (Governança Comunitária e Gestão em Contextos Tradicionais; Territórios Quilombolas e Redes de Colaboração; Desafios e Impactos da Governança Comunitária na Proteção Territorial); e 2-uma investigação empírica, com base em entrevistas semiestruturadas esquematizadas a partir dos eixos teóricos, e observação participante junto a quatro lideranças da Associação Quilombola do Cumbe.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se a revisão de literatura; em seguida, discorre-se sobre os procedimentos metodológicos adotados; depois, são analisados os dados empíricos; por fim, são discutidas as contribuições do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Na revisão de literatura será discutido conceitos que fundamentam a pesquisa, abordando a governança comunitária em contextos das comunidades tradicionais, os territórios quilombolas como espaços de resistência para o fortalecimento da identidade, e os desafios e impactos da governança na proteção territorial. Serão abordadas as formas de autogestão comunitária, as redes de colaboração e as estratégias de enfrentamento aos grandes empreendimentos, destacando a importância das políticas públicas e dos saberes tradicionais para a permanência e o fortalecimento dos territórios quilombolas.

2.1. Governança Comunitária e gestão em Contextos Tradicionais

O termo Governança Comunitária tem uma ligação forte com a organização comunitária e à criação de ambientes participativos, onde os saberes, anseios e expectativas da comunidade orientam as pautas de discussão e reivindicação (Faxina; Freitas; Trevizan, 2021). Os autores trazem ainda conceitos de “comunidade”, relacionando-a com parentesco, espaço comum e bens comuns.

Uma das primeiras teóricas a abordar a gestão dos bens comuns de maneira sistemática foi a economista Ostrom (1990) que propôs princípios para uma governança sustentável e participativa. Seus estudos empíricos contribuíram para compreender arranjos locais de gestão coletiva, termo que vai de encontro com a Governança Comunitária.

No contexto brasileiro, Tenório, Cançado e Pereira (2011) aprofundam o conceito de “gestão social”, articulando elementos da economia solidária com práticas participativas territoriais e gestão dos bens comuns. Os autores retomam o que Tenório (2008) vem dizer sobre o processo de tomadas de decisão, entendida como “cidadania deliberativa”, onde deve partir, de forma participativa, considerando os princípios da inclusão, da igualdade, do

pluralismo da autonomia e do bem-comum. Nessa perspectiva, a governança comunitária, tal como exercida no Quilombo do Cumbe, aproxima-se da gestão social ao considerar as decisões horizontais, baseadas na confiança, na autonomia organizativa e na construção coletiva de soluções, reforçando uma lógica de autogestão enraizada na ancestralidade e no compromisso com o território.

A abordagem titulada como Governança Comunitária e Gestão em Contextos Tradicionais se redefine a partir das contribuições de Dias *et al.* (2024), onde analisam práticas inovadoras de gestão coletiva no território de Upaon-Açu, falam de experiências locais voltadas à autogestão dos achados “terrenos de marinha”. Os autores apontam que tais ações se estruturam a partir de processos comunitários que articulam ancestralidade, saberes tradicionais e dinâmicas deliberativas como estratégias para o enfrentamento de pressões institucionais e mercadológicas. Nesse sentido, trazem a emergência de feitos de governança enraizados nos valores coletivos e nas necessidades territoriais das comunidades, contrapondo a modelos excludentes de gestão pública convencional.

No mesmo contexto de aprofundar o estudo sobre Governança Comunitária em contextos tradicionais, Santos (2022), analisa a gestão dos bens naturais de uso comum na Reserva extrativista do Ciriaco, no Maranhão, onde demonstra que a governança exercida pelos comunitários extrativistas se estrutura por meio de normas e relações internas, considerando as práticas coletivas e formas organizativas integrando saberes tradicionais. A autora vem dizer que essa governança se diferencia por sua territorialidade, pela construção de regras comunitárias e pela cooperação na proteção dos recursos naturais, mostrando-se como instrumento de resistência frente à invisibilização institucional. Observa-se ainda que, os comunitários do Quilombo do Cumbe preferem utilizarem o termo “bens naturais” em vez de “recursos naturais”, expressão que traduz uma relação de pertencimento com o território contrapondo a ideia de utilidade ao termo “recurso”.

O estudo de Santos (2022) vem destacar também a importância do papel das lideranças locais e das assembleias como espaços importantes no processo de tomada de decisão em relação a gestão do uso dos bens comuns. Ou seja, reforça a ideia da capacidade autônoma das comunidades para conduzirem seus próprios processos organizativos, dialogando com políticas públicas, porém, sem perder sua identidade, seus modos de vida integrados ao meio ambiente.

O entendimento de Governança Comunitária conversa com os pensamentos de Nascimento (1980), que, ao apresentar o termo quilombismo, defende a valorização das formas autônomas de organização coletiva, originárias da experiência histórica dos quilombos. Para o autor, essas formas se estruturam a partir de valores de solidariedade, ancestralidade, reciprocidade e resistência, apresentando um projeto político-social alternativo ao modelo colonial de gestão. Nascimento (1980) entende o quilombismo como um sistema próprio de governança negra, que é sustentado por uma lógica comunitária e anticolonial. Essa ideia articula identidade, território e liberdade, conceitos fortemente presentes nas comunidades quilombolas. Desta forma, a Governança Comunitária nos territórios tradicionais também pode ser compreendida como uma continuidade dessa proposta histórica de autogestão, onde o saber ancestral torna-se protagonista.

2.2. Territórios Quilombolas: Identidade, Redes de Colaboração e Resistência

De acordo com a definição na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as comunidades quilombolas são reconhecidas por critérios de autoatribuição, considerando seus vínculos sociais, culturais e econômicos com seus territórios tradicionais. Essas comunidades desenvolveram vínculos territoriais específicos ancorados na ancestralidade, no uso coletivo da terra e na valorização de práticas socioculturais próprias. Os

quilombolas ocupam terras herdadas, adquiridas, doadas ou ocupadas historicamente, e são reconhecidas por critérios de autoatribuição (CONAC, 2025).

O Decreto 4.887/2003, define os quilombos como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (Art.2º do Decreto 4887, de 20/11/2003). Além disso, a Constituição Federal de 1988, no Artigo 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios (ADCT) reconhece formalmente o direito a terra das comunidades quilombolas afirmando que “aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Apesar do marco legal, o processo de titulação e regularização dos territórios quilombolas no Brasil tem andado a passos lentos, onde a morosidade administrativa do estado predomina dando espaço aos conflitos socioambientais. Dados do Censo Demográfico 2022 que, pela primeira vez na história, considerou a população quilombola, apontam que o Brasil conta com 1.330.186 pessoas que se identificam como quilombolas, dessas, 906.337 vivem no Nordeste, ou seja, 68,14% do total. E especificamente, 23.994 estão localizadas em territórios no estado do Ceará. Foram visitados 495 territórios quilombolas oficialmente delimitados no país até julho de 2022, data de referência da pesquisa, e foi identificado apenas 167.769 quilombolas nesses territórios delimitados, enquanto 1.162.417 quilombolas estão fora dessas comunidades regularizadas, ou seja, apenas 12,6% do total reside em territórios oficialmente delimitados (IBGE, 2023).

Nesse contexto de lutas por direitos e permanência no território, Silva, Silva e Medeiros (2024) ressaltam que a territorialidade quilombola se constrói como um modo específico de relação com o território, percorrendo não apenas por reivindicações jurídicas, mas também por uma profunda conexão identitária com a ancestralidade e as práticas socioculturais. As autoras destacam que os quilombos se caracterizam como espaços de “direito em discussão”, nos quais a luta pela regularização do território ganha sentido político e simbólico, articulando a dimensão comunitária das terras com estratégias de resistência a modelos de apropriação excludentes e pressionados por interesses externos.

Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, filósofo, liderança quilombola, poeta, escritor, professor e ativista político brasileiro (Bispo, 2023), em seu livro “A Terra dá, A Terra quer”, vem contribuir e reforçar a ideia da identidade quilombola, direito e resistência. O autor contribui com essa discussão ao afirmar que os quilombos são espaços de organização orgânica, que mantêm formas próprias de governança, alicerçadas no respeito à diversidade e à autonomia. Para ele, o território é também um espaço cosmológico, e a relação com a terra se dá através da reciprocidade: “a terra dá, mas a terra quer”.

Além disso, o autor denuncia a “cosmofobia” como a negação das visões de mundo não ocidentais e propõe a “contracolonização” como estratégia política de afirmação dos modos de existência quilombolas: “A cosmofobia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade. E qual é a imunização que nos protege da cosmofobia? A contracolonização” (Bispo, 2023, p. 8). Essa proposta de contracolonizar que Nêgo Bispo nos apresenta, permite os comunitários desconstruir o que o colonialismo impôs e propor uma linguagem própria para nomear a realidade, os quilombos reexistem como territórios de saberes, ancestralidade e bem viver, tornando-se referências de resistência à colonialidade e à exclusão imposta pelo sistema capitalista.

A construção de redes de apoio e articulação com atores externos tem se mostrado parte importante das estratégias de fortalecimento da governança nos territórios quilombolas. Elinor Ostrom como apontam Simões, Macedo e Babo (2011), rompe com a ideia de que somente o estado ou o mercado são capazes de gerir os bens comuns de maneira eficiente. Os autores

destacam que Ostrom (1999) propõe um modelo alternativo de governança, que se baseia na cooperação entre um coletivo ou comunidade que, ao se mostrarem organizadas, podem estabelecer regras, sanções e mecanismos de monitoramento eficazes, promovendo a sustentabilidade e evitando o esgotamento dos bens naturais. Essa abordagem passa a ser relevante para o debate sobre redes de colaboração em territórios comunitários, onde a gestão compartilhada dos bens comuns e a articulação entre diferentes atores se configuram estratégias fundamentais para garantir autonomia, permanência no território e resistência aos modelos de apropriação discriminatórios e seletivos.

Nesse sentido, Figueiredo *et al.* (2022) demonstram que a efetividade da governança ambiental nas Matas do Litoral português está diretamente relacionada à capacidade de construir redes de colaboração entre atores institucionais, técnicos e comunitários. Em seus estudos, os autores identificam que, mesmo em contextos marcados pela desproporção de poder, a mobilização de múltiplos agentes como organizações da sociedade civil, administrações locais, universidades e moradores, consequentemente possibilita processos mais inclusivos e mais adaptativos de tomada de decisão. A experiência que foi analisada no artigo reforça a importância de produzir espaços de diálogo e confiança mútua, considerando a diversidade dos saberes e práticas locais como elementos-chave no fortalecimento da governança territorial/comunitária baseada em cooperação.

2.4. Desafios e Impactos da Governança Comunitária na Proteção Territorial

Evidências extraídas de estudos científicos apontam que um dos principais desafios à governança comunitária está na intensa pressão exercida por agentes externos, como grandes empreendimentos econômicos, cujas ações impactam diretamente os modos de vida, o uso coletivo da terra e a sustentabilidade socioambiental e cultural dos territórios quilombolas. De acordo com Nascimento (2014), empreendimentos econômicos como a carcinicultura, e usinas de energia eólica, não apenas desorganizam os modos de vida no território, como também privatizam áreas de uso comum e degradam ecossistemas essenciais à reprodução cultural e econômica dos comunitários. Segundo o autor, esses projetos contribuem para o avanço do racismo ambiental ao impor dinâmicas excludentes, desconsiderando o conhecimento tradicional e os vínculos simbólicos com o território. Além disso, observa-se que as mulheres pescadoras do mangue têm assumido papel central nas lutas por justiça ambiental, mobilizando saberes e práticas ancestrais na defesa do território.

Leite (2008), já apontava o cenário o qual as comunidades quilombolas se veem vulneráveis, este cenário que é agravado pela lentidão histórica do Estado brasileiro em efetivar os processos de demarcação e titulação dos territórios, o que compromete diretamente sua capacidade de autogestão e resistência territorial. A autora destaca ainda que, a ausência de uma política pública eficaz e ágil de titulação dos territórios quilombolas reflete uma postura institucional equivocada, que ora reconhece formalmente os direitos territoriais da população quilombola, ora opera na manutenção de estruturas fundiárias excludentes. A ausência da agilidade de regularização fragiliza a governança comunitária.

Outros desafios surgem na garantia de direitos sociais básicos, como saúde e educação. Farias e Farias (2025), destacam que a educação quilombola, deve ser compreendida não apenas como instrumento de escolarização formal, mas como peça central na valorização da identidade quilombola e dos saberes locais. Neste sentido, pode se configurar um elemento importante para a consolidação da governança nos territórios quilombolas. No entanto, os autores afirmam que a escassez de infraestrutura e a inadequação curricular ainda representam entraves. Alves *et al.* (2023), por sua vez, ao analisarem o acesso à saúde em comunidades tradicionais, evidenciam que mesmo políticas que valorizam a autonomia, como a Estratégia

Saúde da Família (ESF), frequentemente falham em reconhecer as especificidades culturais das comunidades. Para as autoras, a valorização dos saberes tradicionais e o protagonismo das mulheres são elementos fundamentais para a se construir um cuidado em saúde intercultural no território. Diante deste cenário, no contexto da governança comunitária, é necessário que os serviços públicos dialoguem com as realidades das comunidades quilombolas e incorporem mediadores das próprias comunidades, favorecendo o letramento racial/quilombola das equipes técnicas, além da construção de vínculos.

A abordagem de Ostrom (1990), como destacam Simões, Macedo e Babo (2011), oferece respaldo teórico na compreensão dos impactos da governança comunitária na proteção territorial, suas contribuições são fundamentais para analisar como as comunidades tradicionais conseguem gerir, de forma responsável e coletiva, seus bens naturais comuns. Essa abordagem evidencia que a governança comunitária não apenas assegura a sustentabilidade do sistema ambiental no território, mas também reforça os laços identitários, simbólicos e culturais entre os comunitários, seus espaços de vida e espaços de reprodução social. Nesse sentido, a governança comunitária por meio da gestão compartilhada dos bens comuns se apresenta como uma ferramenta estratégica na promoção da justiça ambiental e na resistência às pressões externas que ameaçam os modos de vida tradicionais.

Figueiredo, Pedreira e Moura (2024), ao analisarem as experiências em Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (TICCAs), demonstram que as comunidades que desenvolvem práticas de manejo sustentável e fortalecimento organizacional e político foram decisivas para conservar mais de 322 mil hectares de cerrado e fortalecer 119 comunidades. Os autores evidenciam a importância dos conhecimentos tradicionais, do resgate cultural e da gestão coletiva dos bens comuns na construção de estratégias de proteção territorial.

Assim, a governança comunitária deve ser compreendida não apenas como um modelo de gestão ambiental, mas como um projeto político de afirmação da identidade, resistência histórica e construção de bem viver. Tais estratégias requer, portanto, apoio institucional, formação política continuada e o fortalecimento da articulação comunitária, para garantir que os territórios resistam e desenvolvam ambientes de vida plena, onde não se separa humanos e natureza (Nascimento; Ferreira, 2023).

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, indutiva com caráter exploratório-descritivo, voltada à compreensão das dinâmicas de governança comunitária e gestão territorial a partir da experiência da Associação Quilombola do Cumbe, localizada no município do Aracati, litoral leste do Ceará. Por ser um campo de estudo que envolve subjetividade, práticas sociais, saberes tradicionais e relações comunitárias, que não podem ser mensuradas apenas com métodos quantitativos, justifica a escolha por uma abordagem qualitativa. O caráter indutivo orienta a construção do conhecimento a partir da realidade empírica observada, buscando conceitos e interpretações a partir da interação com o território quilombola.

Trata-se de um estudo de caso, centrado na Associação Quilombola do Cumbe, que foi criada em 2003 como associação comunitária e formalizada com CNPJ em 212, tendo sua identidade quilombola reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares em 2014. Enquanto associação, atua em defesa do território, da identidade quilombola pesqueira e dos modos de vida tradicionais, sendo também um agente ativo na articulação com redes e instituições em níveis local, estadual e nacional (Ceará, [s.d.]).

A escolha dos sujeitos da pesquisa justifica-se por se tratar lideranças da associação que ganham destaque por suas atuações em espaços institucionais e pela defesa do território frente

aos grandes empreendimentos econômicos. Quatro lideranças que estão constantemente ocupando espaços externos para pautar questões de interesse comum dos comunitários.

O desenvolvimento deste estudo foi estruturado em dois momentos complementares. O primeiro, em uma revisão de literatura sistematizada em três eixos temáticos: (1) Governança comunitária e gestão em contextos tradicionais; (2) Territórios Quilombolas: Identidade, Redes de Colaboração e Resistência; (3) Desafios e Impactos da Governança Comunitária na Proteção Territorial. Esses tópicos orientaram a estruturação da etapa empírica. No segundo momento, realizou-se um estudo de campo por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio com consentimento dos participantes, seguindo a mesma divisão temática utilizada na revisão teórica, possibilitando maior alinhamento analítico entre teoria e prática. Ao final do processo, os dados teóricos e empíricos foram integrados através da triangulação, com o objetivo de identificar convergências, diferenças e aprofundar a compreensão das estratégias de governança comunitária e resistência territorial desenvolvidas pela Comunidade Quilombola do Cumbe.

Análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo Bardin (2016). A codificação e categorização foram feitas com o auxílio do Software Atlas T.I. O motivo da escolha desse sistema foi por saber previamente que ele poderia auxiliar na construção de redes ajudando na análise dos dados. Além de ter sido o primeiro software de tratamento de dados qualitativos que o autor teve acesso através de oficinas com pesquisadores profissionais.

Para preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados nomes fictícios inspirados nos ecossistemas presentes no território do quilombola do Cumbe, como o Manguezal, a Duna, o Rio e o Mar, refletindo a forte relação simbólica expressa por todos os participantes com os ambientes naturais da comunidade. Também busca-se evidenciar a centralidade da natureza e da territorialidade nas práticas de vida e resistência no quilombo, conforme foi verbalizado de maneira recorrente nas falas das lideranças.

Os objetivos da pesquisa foram organizados em um quadro 1, juntamente com as perguntas do roteiro de entrevistas para analisar a coerência entre estes dois aspectos: análise dos objetivos e roteiro de entrevista.

Quadro 1 – Análise dos objetivos da pesquisa e o roteiro de entrevista

Objetivos da Pesquisa	Questões do Roteiro de Entrevista
Geral: Investigar de que modo a atuação das lideranças na Governança Comunitária e Gestão da Associação Quilombola do Cumbe contribuem para a defesa do território quilombola em Aracati-CE.	Questões 1 a 11 — Todo o roteiro contribui para compreender, de forma integrada, a atuação das lideranças na governança e gestão em defesa do território.
1. Identificar as práticas de governança e os mecanismos de gestão adotados pelas lideranças da Associação Quilombola do Cumbe na defesa do território.	Questão 3: Como se organizam internamente para tomar decisões. Questão 4: Escolha e renovação das lideranças. Questão 5: Ações, projetos e registros. Questão 6: Organização diante de problemas e ameaças.
2. Analisar como as lideranças da Associação articulam parcerias com outros atores sociais e instituições públicas para fortalecer a proteção e a permanência no território.	Questão 7: Como começaram as parcerias. Questão 8: Impacto das colaborações externas.

3. Avaliar os desafios enfrentados pelas lideranças e os impactos de suas estratégias de gestão e resistência na manutenção do território e dos modos de vida quilombolas.	Questão 2: Manutenção dos modos de vida tradicionais. Questão 6: Ameaças enfrentadas e formas de resistência. Questão 9: Dificuldades com instituições e estratégias de reação. Questão 10: Avaliação dos impactos da atuação da Associação.
Complementares: Captar aspectos simbólicos, históricos e futuros sobre identidade quilombola e lutas comunitárias.	Questão 1: Significado de ser liderança e relação com o território. Questão 11: Considerações finais sobre a história e futuro do Cumbe.

Fonte: Própria autoria (2025)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção está estruturada de acordo com a proposta inicial do estudo, articulando dados teóricos com dados empíricos. Para isso, a análise seguirá fazendo ênfase aos três eixos temáticos utilizados para organizar a revisão de literatura (Governança Comunitária e Gestão em Contextos Tradicionais; Territórios Quilombolas e Redes de Colaboração; Desafios e Impactos da Governança Comunitária na Proteção Territorial) estes, darão suporte para responder os objetivos específicos da pesquisa que são: (1) Identificar as práticas de governança e os mecanismos de gestão adotados pelas lideranças da Associação Quilombola do Cumbe na defesa do território; (2) Analisar como as lideranças da Associação articulam parcerias com outros atores sociais e instituições públicas para fortalecer a proteção e a permanência no território e (3) Avaliar os desafios enfrentados pelas lideranças e os impactos de suas estratégias de gestão e resistência na manutenção do território e dos modos de vida quilombolas.

4.1 Práticas de governança e os mecanismos de gestão adotados pelas lideranças da Associação Quilombola do Cumbe na defesa do território.

De acordo com a análise das entrevistas com as lideranças do Quilombo do Cumbe, a governança comunitária no território se estrutura a partir de práticas autônomas de gestão, onde as decisões são tomadas de forma coletiva por meio de reuniões, presenciais e online, de forma a garantir uma ampla participação. Como afirma Duna (2025): “São reuniões em vários espaços, decidindo sobre várias coisas, mas que pertencem ao coletivo, ao território e à organização da associação”. Essa prática vai de encontro ao que Ostrom (1990) define como um dos princípios centrais da gestão dos bens comuns: a participação ativa dos membros da comunidade na definição de regras e na resolução de conflitos.

A estrutura de escolha das lideranças da associação está fundamentada na lógica da governança comunitária baseada na confiança e no reconhecimento da coletividade: “Tem as eleições... Normalmente a diretoria vai mudando, mas praticamente às vezes ela fica na mesma, porque eu acho que não é todo mundo que quer... as pessoas não querem ter muita responsabilidade” (Duna, 2025). Essa fala aponta para o protagonismo das lideranças nos papéis organizativos, realidade comum nas formas de gestão tradicional descritas por Santos (2022) e Dias *et al.* (2024), onde não se justifica um cargo de liderança apenas na formalidade de uma posição, mas sim, no cotidiano das ações comunitárias.” Elas escolhem alguém para estar na diretoria porque elas entendem que aquelas pessoas ali podem ser pessoas que podem estar ali à frente dos processos por elas” (Duna, 2025).

Para compor as estratégias de resistência, foi criado um calendário cultural anual. Práticas que, além de reforçar a identidade cultural e participação coletiva, funcionam como mecanismos de defesa simbólica e política no território: “A Festa do Mangue foi projetada para a defesa do território... como um sinal de resistência e de força” (Duna, 2025). E Manguenzal, 2025 reforça: “... uma festa que realmente traz essa identidade da comunidade quilombola pesqueira”. Ela continua a evidenciar as ações culturais: “Fizemos a décima edição do Bloco Karambolas, que já saiu no carnaval cultural. Expressa a força do povo, expressa a alegria deles, expressa também essa resistência e que somos povo alegre” (Manguenzal, 2025). Essas iniciativas reforçam a ideia de que a governança comunitária não se limita à gestão de recursos materiais, mas articula também elementos simbólicos, ancestrais e afetivos que mobilizam a comunidade em prol da luta por permanência no território.

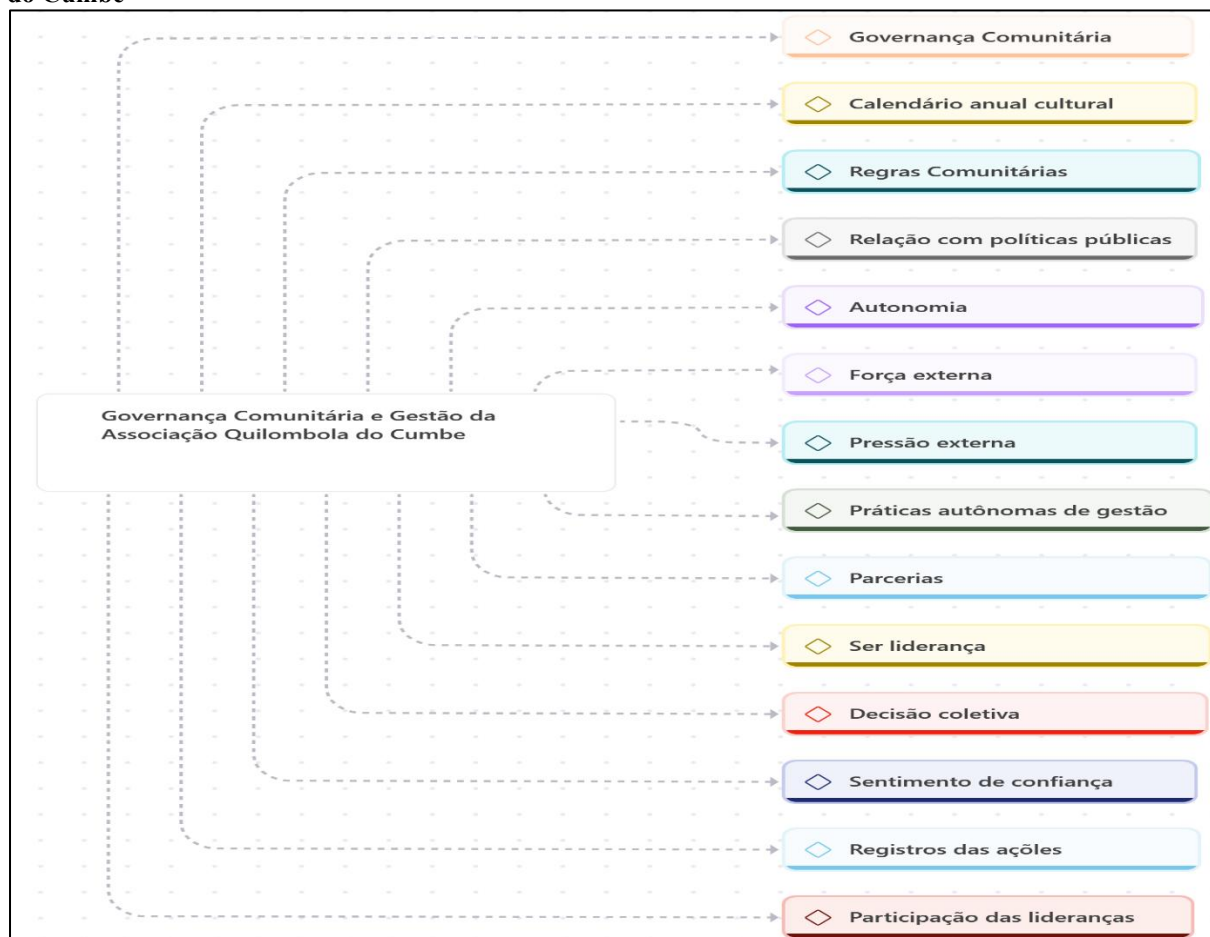
Outro elemento em destaque diz respeito à construção de regras comunitárias internas que guiam a convivência e a gestão dos bens e espaços de uso comum, mesmo sem uma formalização legal. A experiência relatada indica que “nem tudo a gente decide dentro da comunidade..., mas tudo pertence ao coletivo” (Duna, 2025), o que confirma a existência de uma lógica própria de governança comunitária, onde os espaços de decisão são vários, articulando as pautas locais com as externas.

Um outro exemplo, dessa vez trazido por Manguenzal (2025), diz respeito a divisão de tarefas na Associação Quilombola do Cumbe: “Temos nossas diferenças, mas que complementamos tudo que é necessário para a luta, temos reuniões. Dividimos tarefas e cada um se encaixa no que se acha melhor. E isso fortalece muito de sair um trabalho muito bom”. O Rio (2025) complementa: “A gente identifica nesse grupo quem são as pessoas que sobressaem em cada área do conhecimento, ou cada temática, e essas pessoas passam a ser referência para estar representando a associação e vários outros processos”.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Associação Quilombola do Cumbe se constitui como um agente político-organizativo que expressa a governança comunitária no território, baseando-se em práticas autônomas, decisões coletivas, valorização da ancestralidade e estratégias de permanência no território.

Abaixo, estão os códigos utilizados na codificação no software Atlas T.I pertencentes ao grupo de códigos denominado: Governança comunitária e gestão da Associação Quilombola do Cumbe:

Figura 1. Códigos utilizados na dimensão: Governança comunitária e Gestão da Associação Quilombola do Cumbe



Elaborado pelo autor (2025)

4.2 Territórios Quilombolas- Identidade, Redes de Colaboração e Resistência

Articular parcerias de colaboração com instituições externas se configura como uma das estratégias adotadas pelas lideranças da Associação Quilombola do Cumbe para a proteção e permanência no território. Envolve ONGs, movimentos sociais e alguns órgãos governamentais. Os dados empíricos mostram que essas parcerias não apenas possibilitam o fortalecimento político da comunidade, como também promovem visibilidade e apoio às ações realizadas pela associação.

...Então a gente começou a se inserir nos movimentos sociais, movimento quilombola do Ceará, movimento de pescadores e pescadoras artesanais do Ceará, movimento da cultura, movimento ambientalista, movimento de direitos humanos. E aí, nesses movimentos, a gente constrói pautas e dentro dessas pautas há o que a gente chama de incidências. E aí, nessa nossa caminhada, como falei, há mais de três décadas, ONGs e pastorais sociais acham interessante a luta que a comunidade vem fazendo e quer se aproximar, quer contribuir. Rio (2025).

Duna (2025) relembra que “se a gente tivesse ficado também só na comunidade, a gente tinha sido engolido”, apontando que o fortalecimento da articulação externa é também uma tática de resistência territorial. Essa postura proativa reflete o que Figueiredo *et al.* (2022) identificam como essencial para a governança comunitária: a criação de redes capazes de

equilibrar assimetrias de poder e promover os processos decisórios de forma mais inclusiva. O entrevistado Mar (2025) reforça que no começo, “o conflito estava muito acirrado aqui na comunidade, e o nosso problema não estava assim tão escancarado, estava só entre nós”. Esse foi o momento que saíram para buscar ajuda. Ele complementa: “os que vieram, trouxeram mais e foi dando força a nossa luta e visibilidade. E hoje, outras entidades vêm nos procurar” (Mar, 2025).

A parceria com Universidades, tem proporcionado a realização de cartografias sociais, seminários e projetos de extensão que registram e divulgam a história e as lutas da comunidade. Como relatado por Manguezal (2025), “os trabalhos das universidades ajudam a divulgar, a dar voz ao Cumbe. Através dos mapas, dos vídeos e das falas, mostrando que existimos e que temos o nosso modo de vida”. Essa visibilidade é também apontada por Ostrom (1990) como um dos pilares da eficácia das ações coletivas – a capacidade de compartilhar informações sobre as regras locais, a cultura e os recursos naturais fortalecem a legitimidade das comunidades.

As ações culturais como a Festa do Manguê e o Bloco Karambolas são também instrumentos de fortalecimento do território e de conexão com atores externos. As lideranças relatam que esses eventos têm atraído pesquisadores, estudantes, representantes de movimentos sociais e agentes públicos, ampliando as redes de colaboração e fortalecendo diálogos. “Essas festas são resistência viva, mas também são espaços de articulação política”, afirmou Duna (2025). Esse ponto vai de encontro ao que Nêgo Bispo propõe, ao defender a contracolônização como forma de produzir estratégias próprias de comunicação, com linguagem e simbologias ancoradas na cosmovisão dos territórios. Bispo (2023, p.44) reforça a importância das festas: “as nossas festas são instrumentos de defesa das nossas práticas alimentares, pois a festa é mais forte do que a Lei, o Estado não consegue quebrar os modos de vida quando eles estão envolvidos nas festas”.

As parcerias com ONGs e movimentos sociais também são destacadas como fundamentais no apoio jurídico, formativo, político e econômico. Duna compartilha que “sem a força externa, acho que a gente não tinha tanta amplitude de visibilidade, mas também de força mesmo”. Essa frase revela uma ligação estratégica entre a ação comunitária e o apoio técnico-político de organizações sociais à causa da luta quilombola. Assim, de acordo com Simões, Macedo e Babo (2011), a governança dos bens comuns se mostra mais eficiente quando há cooperação entre diferentes atores que compartilham responsabilidades e objetivos comuns.

Apesar das vantagens, as lideranças também alertam para a necessidade de selecionar cuidadosamente os parceiros, atraindo aqueles comprometidos com a luta quilombola. Rio (2025) reforça que “não é toda a universidade que se soma na luta com a gente. Não são todos os departamentos, todos os cursos, e dentro desses cursos a gente encontra às vezes um professor. Mas os que estão, ajudam muito, trazem os alunos e ajudam a contar nossa história do nosso jeito”. Essa seletividade demonstra maturidade política e permite uma reflexão com o pensamento de Nascimento (1980), ao propor o quilombismo como projeto de autonomia crítica frente ao racismo estrutural e à imposição de saberes externos.

Diante da pergunta referente aos sonhos para o Quilombo do Cumbe, todos os entrevistados manifestaram o desejo de ver o território demarcado, de modo que possam continuar desenvolvendo suas práticas culturais, políticas e econômicas. Suas falas vieram carregadas de emoção, revelando um forte sentimento de territorialidade:

...a gente sonha com um território livre das ameaças econômicas, a gente sonha com a demarcação do nosso território, a gente sonha com a educação escolar quilombola, com a saúde quilombola, a gente sonha é poder gerenciar esse território da melhor forma possível, sem exclusão, todo mundo vivendo em harmonia com a natureza, que ninguém tenha vergonha de dizer que é quilombola, que ninguém tenha vergonha da

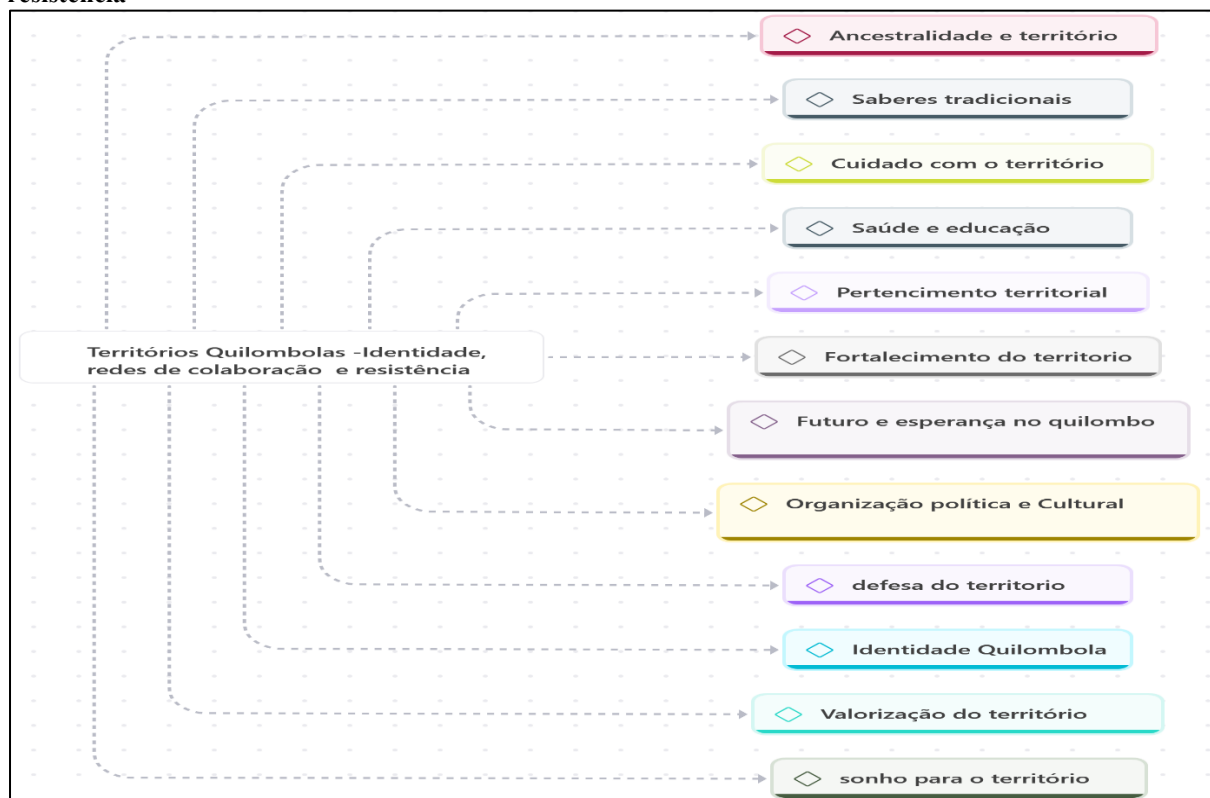
sua identidade, da sua cultura, dos seus antepassados, entendeu? Então, é isso que a gente luta querendo alcançar isso, buscar isso (Rio, 2025).

Há uma conversa íntima e profunda entre o sonho pela demarcação do território com os saberes tradicionais, o pertencimento territorial e o cuidado que os comunitários têm para com o Quilombo do Cumbe. Como expressa manguezal (2025), “é lembrar de infância, é lembrar de vivência, é lembrar de cultura, é lembrar de exemplos, que foi o que eu vi, e assim... território de cuidado, porque eu fui muito cuidado, e até as minhas gripes, as marés, os banhos nas marés me curavam...” (Manguezal, 2025). Em complemento, acrescenta com emoção que transpassa o olhar: “Eu confesso que hoje a minha militância foi muito vista nas práticas ancestrais, nas práticas dos meus antepassados, meus avós”.

De acordo com a análise das entrevistas, confirma-se que as lideranças da Associação Quilombola do Cumbe operam uma governança comunitária que combina saberes próprios do território com articulação externa. As parcerias, alinhadas com os princípios da luta quilombola, resistência e ancestralidade, tornam-se instrumentos poderosos de proteção territorial e fortalecimento da identidade.

Abaixo, estão os códigos utilizados na codificação no software Atlas T.I pertencentes ao grupo de códigos denominado: Territórios Quilombolas-Identidade, redes de colaboração e resistência.

Figura 2. Códigos utilizados na dimensão: Territórios Quilombolas-Identidade, redes de colaboração e resistência



Elaborado pelo autor (2025)

4.3 Desafios e Impactos da Governança Comunitária na Proteção Territorial

Os relatos das lideranças revelam que a luta pela demarcação e titulação do território é o principal e mais persistente desafio enfrentado pela comunidade. A ausência da agilidade do estado para com este processo burocrático compromete tanto a segurança territorial como a reprodução cultural e identitária dos modos de vida quilombolas. Como destaca Duna:

A gente ainda enfrenta várias ameaças dentro do território. Uma delas maior que eu acredito é a não demarcação, porque a gente já perdeu muito do nosso território. A nossa luta começa pelo território e continua pelo território. Tendo em vista que a gente tem a valorização da nossa cultura, dos nossos modos tradicionais. Mas como manter esses modos tradicionais no território se você está todo dia ameaçado de perder ele? Se você todo dia está ameaçado de perder uma parte do mangue, um caminho para a lagoa, como continuar a identidade? Como eu continuar dizendo minha identidade quilombola pesqueira se eu não tenho o território? Se minha identidade vem do território. (Duna, 2025).

Este tipo de ameaça, conversa com os apontamentos de Leite (2008), que já alertava para os impactos da morosidade do Estado nos processos de titulação, deixando os territórios em maior vulnerabilidade e favorecendo a entrada de grandes empreendimentos. As lideranças apontam para “projetos de morte” como a carcinicultura e usinas de energia eólica, que têm causado divisões internas e atrapalhando as ações dos comunitários que defendem o território. Rio por exemplo, observa:

Diante das constantes ameaças que têm chegado no nosso território e que tentam nos inferiorizar, passar para a própria comunidade que o que a gente faz é ruim, é atrasado, não gera renda, não tem perspectiva nenhuma. Então diante de situações como essa, a gente se organiza para dizer o contrário. É importante sim defender o território, continuar com as práticas que não degradam, que não impactam o território, que são importantes. Para que a gente chama de nossa reprodução social, econômica, política e cultural. Então, nesse sentido, essas pessoas, esse grupo que se organiza para combater esses projetos, essas pessoas e essas ideias, a gente começa a fazer o contrário. O que eles dizem que é ruim, a gente aponta e mostra que é importante, que é bom e que se faz necessário (Rio, 2025).

Essa crítica se alinha com o que Nascimento (2014) diz sobre os impactos socioambientais desses empreendimentos que destrutura modos de vida e promovem o que o autor chama de “racismo ambiental” ao desconsiderar os vínculos afetivos, econômicos e simbólicos da comunidade com o território. Além disso, os relatos revelam fragilidade institucional de órgãos públicos “Por várias vezes tiveram denúncias, por várias vezes eles poderiam ter resolvido. Por várias vezes fizemos a proteção que o órgão deixou de fazer. Não porque ele não sabia, mas porque ele se negou fazer isso” (Duna, 2025). Rio relata uma estratégia para combater o descaso dos órgãos públicos para com a luta da comunidade:

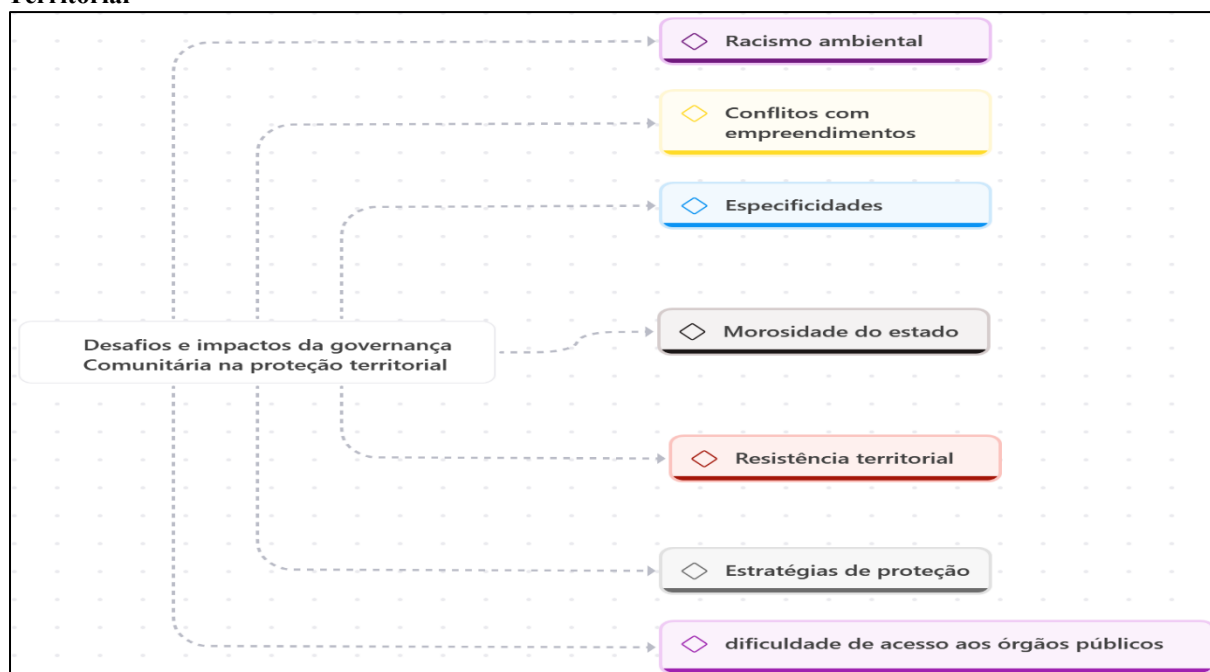
Para combater posturas de alguns funcionários, é estudar. É a gente ter conhecimento de causa para fazer uma crítica qualificada. Entendeu? É estudar. Eu digo que a gente todo dia está se especializando numa coisa, numa temática, entendeu? E que não é por que a gente quer não, mas é a necessidade que nos obriga para a gente não ser engolido por esse sistema cruel (Rio, 2025).

Diante desse cenário, as lideranças desenvolveram estratégias próprias de resistência, baseadas na valorização cultural, mobilização interna, e tornando seus processos organizativos públicos. Faz parte da estratégia, buscar o reconhecimento externo, e aprimorar a capacidade de diálogo com instituições públicas e acadêmicas, mesmo diante de resistências iniciais. Como afirma Manguezal: “Antes era difícil falar com o município, com os órgãos públicos. Hoje a

gente tem um ponto de fala, a gente tem a associação que nos representa, e isso é um ganho muito importante” (Manguezal, 2025).

Abaixo, estão os códigos utilizados na codificação no software Atlas T.I pertencentes ao grupo de códigos denominado: Desafios e Impactos da Governança Comunitária na Proteção territorial:

Figura 3. Códigos utilizados na dimensão: Desafios e Impactos da Governança Comunitária na Proteção Territorial



Elaborado pelo autor (2025)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco compreender de que modo a atuação das Lideranças na Governança Comunitária e Gestão da Associação Quilombola do Cumbe contribuem para a defesa do Território Quilombola em Aracati-CE. Partindo da perspectiva de que os territórios quilombolas devem ser interpretados para além da compreensão de espaços geográficos, estes territórios e povos carregam ancestralidade, identidade e práticas culturais interligadas ao ambiente natural. O estudo buscou valorizar os saberes e vivências que surgem da experiência de luta por direitos.

A análise dos dados, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante, permitiu identificar que a governança exercida no Quilombo do Cumbe perpassa por práticas organizativas profundamente enraizadas nos saberes tradicionais, nas relações de cuidado com o território e na construção coletiva de estratégias de resistência. As lideranças entrevistadas revelaram que a governança comunitária não se restringe às práticas formais de gestão da associação, mas emerge de ações do cotidiano de proteção dos modos de vida, do fortalecimento da identidade quilombola-pesqueira e mobilização política diante das ameaças externas. As lideranças demonstraram expertise não apenas na condução da associação, mas também na mediação de conflitos, organização de eventos culturais e articulação de ações em defesa do território.

O primeiro objetivo específico foi identificar as práticas de governança e os mecanismos de gestão adotados pelas lideranças da Associação Quilombola do Cumbe na defesa do território. Os dados revelaram que a governança comunitária exercida pela associação se estrutura por meio de decisões coletivas, assembleias, distribuição de responsabilidades de acordo com as habilidades de cada integrante, e organização de eventos culturais e formativos. Além da criação de um calendário anual de atividades culturais, e espaços autônomos, bem como a valorização dos saberes do território. Essas estratégias têm trazido um sentimento de pertencimento e capacidade de resistência frente às ameaças externas.

O segundo objetivo foi analisar como as lideranças da Associação articulam parcerias com outros atores sociais e instituições públicas para fortalecer a proteção e a permanência no território. A pesquisa evidenciou que a Associação tem buscado, de forma ativa, construir redes de colaboração com ONGs, universidades, movimentos sociais e, com órgãos públicos. As parcerias com pesquisadores e professores têm contribuído para a produção de conhecimentos sobre o território, tornando público os processos organizativos e consequentemente, dando visibilidade às lutas do povo quilombola. A Festa do Manguê, o bloco Karambolas, cartografias sociais, pesquisas e seminários são exemplos concretos dessas articulações que vêm fortalecendo politicamente a comunidade.

O terceiro objetivo foi avaliar os desafios enfrentados pelas lideranças e os impactos de suas estratégias de gestão e resistência na manutenção do território e dos modos de vida quilombolas. Dentre os principais desafios, destaca-se a ausência da demarcação oficial do território, que compromete os comunitários na continuidade dos modos de vida tradicionais e gera insegurança constante. A presença de empreendimentos econômicos como a carcinicultura e as usinas de energia eólica, tem aprofundado os conflitos socioambientais e gerado a divisão da comunidade. Apesar disso, as estratégias de resistência vêm promovendo impactos significativos.

Com base na observação participante, foi possível perceber que a atuação das lideranças na Associação Quilombola do Cumbe tem promovido conquistas significativas, como o fortalecimento do sentimento de pertencimento, o reconhecimento de direitos por parte da comunidade e a criação e execução de espaços autônomos de formação. Um exemplo é a sede da Associação Quilombola do Cumbe, que conta com uma infraestrutura ampla e multifuncional, incluindo um espaço para eventos, oficinas e encontros, uma casa de sementes que funciona como um ponto de memória, uma cozinha bem equipada, dois dormitórios e um centro de beneficiamento. O ambiente é arborizado com plantas nativas e medicinais, e suas paredes trazem desenhos, marcando um espaço de ancestralidade, luta e resistência. Além disso, observou-se que as atividades da Associação não se restringem ao prédio da sede: encontros, oficinas de formação e reuniões também são realizadas em quintais produtivos de associados, às margens do rio, no campo de dunas ou areia da praia. Demonstrando a forte conexão entre organização comunitária e o território.

As lideranças foram questionadas sobre os sonhos para o território, as respostas se concentraram em: o maior desejo é a efetivação da demarcação e titulação do território quilombola pesqueiro. Esse reconhecimento é visto como fundamental para que as futuras gerações possam viver com dignidade, liberdade e que possam dar continuidade aos modos de vida tradicionais. O sonho do território livre foi verbalizado com emoção por uma das entrevistadas. Trazendo lembranças de como era a vida no território no passado.

Este estudo apresentou algumas limitações que merecem ser destacadas. No campo empírico, as entrevistas semiestruturadas foram concentradas nas lideranças quilombola, embora pudessem ter sido estendidas aos associados da Associação Quilombola do Cumbe e, até mesmo, a parceiros externos. Essa decisão deveu-se ao tempo delimitado para a coleta, categorização e análise dos dados. Além disso, a comunidade vivencia um contexto de disputas

territoriais e pressões externas, e as lideranças estão diariamente envolvidas nos processos organizativos da Associação Quilombola, bem como em demandas relacionadas às formações, reuniões e agendas, o que tornou desafiador encaixar momentos de entrevistas sem que essas lideranças precisassem abrir mão de seus compromissos.

Outro desafio foi o fato de a pesquisa estar situada no campo da Administração, área que utiliza termos técnicos pouco ou até mesmo nunca empregados no cotidiano dos comunitários. Essa diferença exigiu constante adaptação nos questionários de entrevista e explicações adicionais sobre conceitos e ideias de teóricos da área.

Em relação às possibilidades de avanço, recomenda-se que estudos futuros aprofundem a investigação das políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, analisando se estas conversam com as realidades dos territórios, bem como seu impacto na governança comunitária. Sugere-se ainda o desenvolvimento de pesquisas que promovam maior participação e envolvimento dos quilombolas nos processos de gestão comunitária/ governança comunitária auxiliando a continuidade às práticas de cuidado e resistência enraizadas no Quilombo do Cumbe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 4.887*, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 1 jul. 2025.

CANCADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, João Rodrigo. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681–703, 2011. Disponível em:

<https://www.semanticscholar.org/search?q=Gest%C3%A3o%20social%3A%20reflex%C3%B5es%20te%C3%B3ricas%20e%20conceituais&sort=relevance>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CEARÁ. *Mapa Cultural do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, [s.d.]. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. *Coletivo Terra e Território*. Disponível em: <https://conaq.org.br/coletivos/terra-e-territorio/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

DIAS, D. dos S. C.; RIBEIRO, R. C.; PINTO, J. L.; SANTOS, P. V. C. J. Inovações na gestão de terrenos de marinha: lições para Upaon-Açu. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 21, n. 9, p. e8362, 2024. Disponível em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/8362>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FARIAS, Francisco Alex de Oliveira; FARIAS, João Paulo de Oliveira. *O Direito à Educação em Quilombos no Ceará: Perspectivas e Desafios na Escol Quilombola Luzia Maria da Conceição*. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 68–82, 2025. DOI: 10.29327/269579.8.2-6. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/7781> . Acesso em: 6 jul. 2025.

FAXINA, Fabiana; FREITAS, Lara Brunelle Almeida; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e16311, 2021. DOI: 10.5585/geas.v10i1.16311. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/16311> . Acesso em: 7 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Elisabete; RIBEIRO, Cristina; FERREIRA, Carla; FERNANDES, Eduarda. Quem colabora na gestão das Matas do Litoral? Uma análise exploratória da rede de agentes. *Silva Lusitana*, Lisboa, v. 30, n. 2, p. 57–85, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1051/silu/20223002057>

FIGUEIREDO, I. B.; PEDREIRA, J. L.; MOURA, L. C. *A Experiência de Fortalecimento da Governança de Territórios Ticcas no Brasil por Meio de Projetos*. *Revista Foco*, [S. l.], v. 17, n. 8, p. e5805, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n8-018. Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5805> . Acesso em: 7 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil Quilombola: População Quilombola no Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

JOSÉ COSTA GOES, D. *Compliance Gestão Educativa: Reflexão Sobre o Desenvolvimento Comunitário e a Emancipação Social*. *Jornal Jurídico (J²)*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 59–77, 2023. DOI: 10.29073/j2.v6i2.777. Disponível em:

<https://revistas.ponteditora.org/index.php/j2/article/view/777> . Acesso em: 7 jul. 2025.

KRUGER, J. M.; OLIVEIRA, S. C. de; SEIXAS, M. C. S.; BITTAR-GODINHO, D. de F. Utilização do MAPP no Planejamento Público: um guia para a sua efetivação. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 21, n. 6, p. e4853, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n6-089. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/4853> . Acesso em: 8 jul. 2025.

LEITE, Ilka Boaventura. *A morosidade da titulação das terras quilombolas: o desafio das políticas públicas no Brasil*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 895–899, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd/?fo>. Acesso em: 6 jul. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do; FERREIRA, Mateus de Castro. Terra, território, territorialidades e bem-viver no Quilombo do Cumbe – Aracati (CE) e na Terra Indígena Tremembé da Barra do Rio Mundaú – Itapipoca (CE). *Nós na Universidade*, [S. l.], p. 71, 2023. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/74716/1/2023_liv_lsbyesus.pdf#page=72 . Acesso em: 1 jul. 2025.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge university Press, 1990. Disponível em: <https://archive.org/details/governingthecommons/page/n11/mode/1up> Acesso em: 01/07/2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer: descolonizar o pensamento é complexo, mas é simples*. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Lucelia Neves dos. *Governança comunitária dos bens naturais de uso comum na reserva extrativista do Ciriaco* – MA.2022. 183f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4245> Acesso em: 1 jul. 2025.

SILVA, C. I. de O. M. e; SILVA, P. G. de N. e; MEDEIROS, M. R. A. de. Territorialidade quilombola: direito em discussão. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, [S. l.], v. 17, n. 13, p. e13613, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.13-217. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/13613>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SIMÕES, João, Marta MACEDO, and Pilar Babo. "Elinor Ostrom: Governar os Comuns." *Faculdade de Economia da Universidade de Porto. Portugal* (2011).